

Gatilho: caminhando para o desfecho?

No último dia 14/2 representantes da diretoria da Adusp e da Reitoria se reuniram novamente, visando chegar a um acordo quanto à lista de beneficiários da ação do gatilho e quanto ao método de cálculo do montante devido no ano de 1987. A reunião ocorreu em clima cordial, com colaboração entre as partes para que se chegue a uma solução.

Há concordância de que todos os docentes da USP em 1987 e em 1990 que não foram excluídos por decisão judicial e que eram associados da Adusp em 1990 são beneficiários da ação. Entretanto, a diretoria da Adusp, baseada em sua interpretação da sentença do Juiz, considera que os não associados à entidade em 1990, professores da Universidade em 1987 e em 1990, que estavam na petição inicial, também são beneficiários. Esta questão permanece pendente.

Ficou estabelecido que na próxima reunião, a ser realizada na semana de 10 a 14/3, produziremos a lista incontroversa de beneficiários. Também está previsto o fechamento da lista de divergências. Estimamos que haverá acordo em relação a aproximadamente 3.000 nomes.

Cálculos relativos a 1987

Houve concordância quanto aos percentuais devidos até o mês de novembro de 1987. A USP deverá verificar, antes da próxima reunião, o percentual atribuído ao mês de dezembro de 1987. Dúvidas quanto às correções judiciais deverão ficar esclarecidas no próximo

encontro. A incorporação de 32,96% aos salários, a partir de janeiro de 1988, determinada pelo Juiz, será objeto de discussão futura.

Museus

A Adusp tem defendido que os pesquisadores dos museus cujos nomes constavam na petição inicial e que exerciam atividade docente sejam incluídos na lista dos beneficiários. A Reitoria inicialmente manifestou simpatia pela proposta. Entretanto, ao constatar que havia pesquisadores celetistas, ponderou que a inclusão pretendida pela Adusp implicaria em um tratamento diferenciado a esses pesquisadores, uma vez que a Justiça do Trabalho

entendeu ser indispensável a qualidade jurídica de docente aos beneficiários celetistas. A questão permanece em discussão (*vide quadro*).

Próximas etapas

Assim que as listas a serem preparadas na reunião de março estiverem concluídas, a Adusp as divulgará em sua página para que eventuais erros materiais possam ser corrigidos. Havendo concordância sobre a dívida relativa ao ano de 1987, passaremos a discutir a incorporação de 32,96% determinada pelo Juiz. A diretoria da Adusp continuará atuando em defesa do rápido cumprimento da sentença do Juiz.

Adusp e pesquisadores dos museus discutem ação

A Adusp convidou os pesquisadores dos museus para uma reunião de esclarecimentos sobre a ação do gatilho. No encontro, em 18/2, os colegas presentes foram informados sobre o andamento da ação. Embora exercessem atividades docentes, ministrando aulas, orientando estudantes, coordenando cursos, os pesquisadores dos museus não eram formalmente contratados como professores e por esse motivo seriam excluídos.

Para o prosseguimento da discussão com a Reitoria, a Adusp deverá preparar uma lista com os nomes daqueles que exerciam atividades docentes em 1987 e em 1990. Para tanto é necessário que os colegas dos museus enviem à Adusp comprovação do exercício de tais atividades.

Sexta Etapa de desprecarização

Desde a década de 1990, a Adusp tem lutado contra o contrato precário de docentes e espera que a “Sexta Etapa” do programa de regularização levado a cabo pela Reitoria reduza significativamente o número de precários na USP. Além disso, espera que haja garantias para aqueles que vierem a não se efetivar após os concursos prestados.

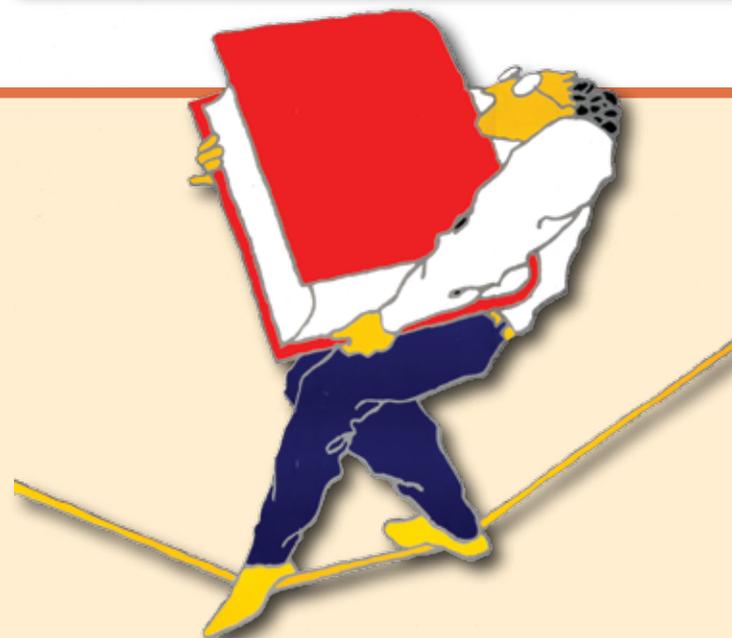
Um contrato precário e por tempo limitado, para alguém que necessita executar um trabalho permanente — que compreende o ensino, a pesquisa e a extensão em uma universidade — não tem base na legislação brasileira, deixando brechas extremamente perigosas, tan-

to para a USP como para os que nela trabalham.

A USP tem atualmente cerca de 800 professores em situação de contrato precário e ao redor de 740 devem participar desta etapa de concursos. Pelas informações preliminares recolhidas na última reunião do Conselho de Representantes da Adusp, em 19/2/2008, vários concursos estão em andamento e a conclusão do processo se dará no final do primeiro semestre.

Atenção às bancas

Dos resultados de que até agora temos notícia, apenas um docente com contrato precário não se efetivou no concurso realizado e já tomou providências a respeito. Esta-



remos atentos para o desenrolar desse e de outros possíveis casos na realização desses concursos de desprecarização.

É importante frisar que a composição das bancas examinadoras, que é uma atribuição das congregações, pode ser questionada pelos candidatos,

quando julgarem, por exemplo, que a imparcialidade não está sendo observada.

Os candidatos devem buscar informações com os representantes docentes nesses colegiados e atentar para os prazos de apresentação de eventuais recursos.

Apesar do TAC, fundações continuam na USP

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre 16 fundações ditas de apoio à USP e a Promotoria de Fundações da Capital entrou em vigor em 8/5/07. O TAC determina que as fundações devem retirar-se das instalações que ocupam na USP em no máximo seis meses, a contar da data de sua homologação — portanto, até 8/11/07, “ressalvadas aquelas atividades vinculadas à execução dos convênios”. A reportagem do *Informativo Adusp* constatou, porém, que as fundações continuam a ocupar vasto espaço no campus, até mesmo para atividades extra-convênios.

As fundações procuram descaracterizar a ocupação da maioria dessas dependências, embora estejam presentes nelas há muitos anos. Não há placas que indiquem tratar-se de prédios e salas efetivamente ocupadas por elas. Mas muitos funcionários das fundações continuam a trabalhar em unidades como a Faculdade de Economia e Administração (FEA), a Escola Politécnica (EP) e a Faculdade de Odontologia (FO).

A Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundecto), por exemplo, ocupa o subsolo de um prédio da FO e um prédio de dois andares ao lado. Neles são ministrados cursos de especialização em odontologia cujos valores chegam a quase R\$ 15 mil por estudante — e funcionam secretaria e tesouraria da fundação. Do lado de fora dos portões que “separam” a USP do terreno público usado pela fundação não há qualquer indicação de que ali funciona a Fundecto.

Na Fundação Vanzolini, que se confunde com o Departamento de Engenharia de Produção da EP, as placas que indicavam a localização do espaço público que a fun-



Daniel Garcia

Prédio da Faculdade de Odontologia, ocupado por fundação privada

dação utiliza foram apagadas. No entanto, a fundação ocupa salas do departamento para ministrar as aulas do curso de especialização em Administração Industrial, que tem cerca de 150 alunos por quadrimestre, a um preço de R\$ 12 mil. Contrariando o teor do TAC, a Vanzolini usa salas para atividades não relacionadas a convênios, como assessoria de imprensa e *marketing*.

“Nada a ver com FEA”

Já a Fundação Instituto de Administração (FIA) não só omite sua localização como se esconde na FEA. No prédio 1, corredor C, sala 18, uma película de proteção impede que se veja o que há por trás da porta onde se lê “Sala do Convênio”. Ali funciona o escritório de Joel Scala, assessor da FIA. Uma funcionária informa: “Aqui não tem nada a ver com FEA, é FIA. Aqui não é sala do convênio. É para estar escrito sala do convênio mesmo, mas aqui não é sala do convênio”.

Ainda na FEA, no prédio 2, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) ocupa salas para ministrar cursos em convênio com a USP e mantém uma secretaria de cursos. No prédio FEA 3, salas são utilizadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), apesar de não haver placas ou indicações. “Aqui

todo mundo é funcionário da Fipecafi”, disse uma funcionária que estava no local.

Todas as fundações citadas dispõem de imóveis, próprios ou alugados, geralmente nas imediações do campus (a Vanzolini, porém, alugou andares de um prédio na Avenida Paulista). A FIA, proprietária de pelo menos três prédios (dos quais duas “unidades educacionais”), adotou a estratégia de afastamento formal da USP: mudou o estatuto, que já não menciona apoio à universidade; deixou de oferecer cursos em convênio, para não ter de recolher taxas; e adotou o slogan “a melhor escola de negócios do Brasil”. Apesar disso, continua usando as dependências da FEA.

Sigilo persiste

Segundo a resolução 5.427, de 12/12/07, projetos remunerados devem repassar às unidades “no mínimo 10% e no máximo 50% do numerário recebido pelo docente” e “porcentagem do valor de custeio e serviços de terceiros” a ser definida pela própria unidade. Outros 2,5% desse mesmo valor devem ser repassados à Reitoria. O *Informativo Adusp* procurou, mas não conseguiu, levantar os dados relativos aos repasses realizados em 2007. Entidades privadas e unidades negaram-se a fornecer as cifras.

Fipe, Fundecto e Fipecafi não responderam até o fechamento desta edição. A diretoria da FIA, por sua vez, “decidiu não prestar nenhum esclarecimento e não participar da matéria”, notificou a assessoria de imprensa da FIA. O presidente da Fundação Vanzolini, professor Mauro Zilbovicius, declarou que o valor dos repasses só seria informado após solicitação por escrito e avaliação da diretoria.

O diretor da FO, professor Carlos de Paula Eduardo, admitiu que os valores dos repasses da Fundecto passam por ele, mas mesmo assim não quis informar os números de 2007. Já o vice-diretor da FEA, professor Reynaldo Guerreiro, que concedeu entrevista na ausência do diretor, disse que não conhecia os valores relativos à FIA e à Fipe, e que, embora tenha conhecimento do valor repassado pela Fipecafi (com a qual tem vínculos), não se sentia “confortável” para informá-lo. A Fipecafi, no seu entender, deveria repassar mais dinheiro para a unidade, “mas isso não é feito porque a universidade está em cima do muro com as fundações...”

Conflito de interesses

Carlos de Paula Eduardo foi presidente da Fundecto por duas gestões consecutivas, de 2002 a 2005, deixando a presidência da entidade para assumir o cargo de diretor da FO. O professor não teme ser acusado de conflito de interesse: “Aprendi muito na Fundecto. Aprendi no privado a motivar a todos”.

Reynaldo Guerreiro disse sem constrangimentos: “Durante oito anos eu fui chefe do departamento (de Contabilidade) e em um período eu fui simultaneamente vice-diretor da Fipecafi. Do ponto de vista prático, a Fipecafi e o departamento se confundem. Tem que fazer isso porque

assim a gente está dentro e tem chance de ver o que está acontecendo na fundação”.

Só forneceu números ao *Informativo Adusp* o professor Mario Sérgio Salerno, chefe do Departamento de Engenharia de Produção. Segundo ele, a Vanzolini só repassou ao departamento em 2007, até novembro, R\$ 149 mil — embora ele tenha pedido R\$ 823 mil. Salerno disse que exigirá, com base nas necessidades do departamento, um repasse de R\$ 2,091 milhões em 2008. “A fundação é de apoio, tem que apoiar. Se não tem dinheiro, dane-se: ela está aí para isso”.

“Se... se...”

Fruto do entendimento da Promotoria com as fundações, o TAC em vigor poderá se revelar inócuo. A própria Reitoria havia submetido ao promotor uma proposta mais rigorosa, que obrigava as fundações a desocuparem todos os locais, mesmo que sediassem atividades objeto de convênios. O promotor rejeitou o pedido da Reitoria (*Revista Adusp* 40, p. 42).

“O TAC é excelente do ponto de vista da fundação, mas acho que é bom para a universidade também. O TAC é um instrumento, os convênios são outros instrumentos”, avalia Zilbovicius, da Vanzolini. “A gente cumpre tudo o que a USP disser. A USP é quem manda. Os cursos são da USP”, disse ele.

Questionado sobre a hipótese de a Vanzolini aceitar uma desocupação nos moldes sugeridos pela Reitoria, o professor recuou: “Se a universidade definir mais regras, mais rígidas e se isso estiver de acordo com o estatuto da Fundação Vanzolini, cujo primeiro item é apoiar a USP, e com o que eu achar que é de interesse da universidade, porque eu também sou cidadão, eu estou disposto a assinar”.

No DF, promotor do caso Finatec denuncia crimes e destitui dirigentes. Enquanto isso, em São Paulo...

A investigação das ilegalidades praticadas pela Finatec, uma entidade privada dita “de apoio” à Universidade de Brasília (UnB), é conduzida pelo promotor de justiça Ricardo Antônio Souza, da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que obteve na justiça a destituição dos seus cinco diretores, todos professores da UnB.

Reproduzimos nesta edição parte de entrevista concedida à jornalista Elizângela Araújo, do Andes-SN, em que Souza comenta em detalhes as práticas ilícitas da Finatec. Ele informa que a Receita Federal autuou a fundação em R\$ 30 milhões em 2002.

A atitude firme do promotor do DF em defesa do patrimônio público, que tem recebido apoio de seus colegas, contrasta com a do promotor de fundações de São Paulo (capital), Airton Grazioli. Este último sustenta o conceito de “administração pública gerencial”, combate todo e qualquer questionamento à atuação das entidades privadas ditas de apoio, e chegou a afirmar, demonstrando total desconhecimento da realidade, que as fundações “injetam mais recursos [na USP] do que o próprio Estado” (!).

A seguir, as declarações do promotor do Distrito Federal:

O que mais chamou a atenção do Ministério Público na investigação das contas da Finatec?

O que mais me impressiona é a forma de atuação com dispensa de licitação em todos os cantos do Brasil, desde consultoria administrativa até subcontratação de empresas privadas. A prestação de serviços por essas empresas deveria ser contratada

mediante licitação, ou seja, há uma violação à garantia que a licitação oferece ao dinheiro público. E esses contratos sempre são feitos com sobrepreço. Há um superfaturamento explícito. Depois, surgiu dinheiro ocultado em contas de convênios, de um contrato com “sobra”, como eles chamam, que seria destinado à construção de um shopping center em Águas Claras [bairro de Brasília]. O que isso tem a ver com pesquisa? Há também os contratos de consultoria com várias prefeituras — São Paulo (SP), Vitória (ES), Recife (PE), Teresina (PI), Nova Iguaçu (RJ) — com subcontratação de outra empresa, a Intercorp. (...) Apareceram muitos elementos que demonstram como essas pessoas lidam com o dinheiro da Finatec. Todos os diretores da fundação conseguem bolsas de pesquisa. O laboratório de cada um deles é agraciado com uma bolsa e isso não foi registrado em ata com o intuito de esconder do

Ministério Público. Então, o diretor pega o dinheiro que deveria ir para a pesquisa e sai por aí gastando em restaurantes, bares e viagens. Um deles gostava muito de viajar com a esposa com o dinheiro da fundação. Além disso, a Finatec também deixou de atingir sua finalidade, que é fomento e apoio à transferência de tecnologia e de pesquisa e pós-graduação. Isso é mais do que suficiente para o afastamento de todos os dirigentes.

Isso acontece todos os dias em grande parte das universidades públicas brasileiras, não só nas federais. Por que essas fundações continuam agindo sem freios?

Primeiro, cabe ao Ministério Público investigá-las. A responsabilidade é nossa. E temos investigado e denunciado. No caso da UnB, ou eu saio daqui, ou eles saem de lá. Não tem opção. Ou eles vão acabar com a inamovibilidade do promotor ou eles vão sair de lá, porque continuar fazem

do isso com o dinheiro público, contrariando os interesses da universidade, não dá para permitir. E isso serve de exemplo para todas as fundações de apoio [na UnB], pois parece que todas elas estão agindo da mesma forma. (...)

Essas fundações que atuam na UnB já foram denunciadas pelo Ministério Público à justiça, no entanto, continuam agindo ilegalmente...

Isso vai de promotor para promotor. No entanto, essa questão precisa da conscientização dos docentes, dos alunos, das pessoas que realmente necessitam de uma bolsa de pesquisa. Tem muito mestrando na UnB que precisa de uma bolsa de estudos e não consegue, no entanto, os dirigentes da Finatec tinham suas bolsas para pagar até cerveja, e um deles ainda agraciou dois membros de sua banca examinadora com bolsas. Uma universidade pública tem que ser mantida com dinheiro público, e não com dinheiro privado! (...)

Quanto essas fundações têm movimentado nos últimos anos?

Cerca de R\$ 100 milhões.

E quanto é destinado à pesquisa?

R\$ 750 mil.

Para onde vai o restante?

O restante vai para o caixa da Finatec. Eles não gastam o dinheiro, não dão bolsas. É uma fundação que não quer gastar dinheiro próprio. A Finatec, hoje, é uma empresa que tem uma folha e um gasto na ordem de R\$ 5 milhões, mas nos seus editais de fomento gasta R\$ 750 mil. Então, são R\$ 5 milhões para pagar faxina, segurança, empregados para receber e pagar (a especialidade dela é receber e pagar). E estão deixando esse dinheiro lá para, por exemplo, construir um shopping center, investir em construção civil. A Receita Federal já autuou em R\$ 30 milhões de reais em 2002, e cada ano de atividade gera um passivo tributário de R\$ 30 milhões, que eles não pagam.

CPI das ONGs poderá investigar Fusp, Funcamp e mais 23 fundações privadas

A CPI das ONGs deverá votar, na reunião prevista para 27/2, requerimentos que pedem a abertura das contas de 25 fundações privadas vinculadas a universidades públicas federais e estaduais, que receberam do governo federal, desde 1999, um montante conjunto de R\$ 2,7 bilhões, segundo apurou o jornalista Márcio Falcão, da *Gazeta Mercantil* (21/2). Os requerimentos seriam votados na reunião de 20/2, que foi adiada em razão da morte

do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT). O caso Finatec despertou a atenção dos senadores para a elevada movimentação financeira dessas entidades.

O jornalista Josias de Souza informou em 18/2, em seu blog, que a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp), que teria recebido repasses federais de R\$ 71,2 milhões entre 1999 e 2006, está entre as primeiras a serem investigadas. No dossiê enviado pela Adusp

à CPI das ONGs, em 2007, consta reportagem sobre a remuneração recebida pelos três diretores da Fusp entre 2002 e 2004, que totalizou R\$ 1 milhão, com média de R\$ 111 mil anuais por cargo (*Revista Adusp* 40, p. 60).

Também foram citadas a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), que teria recebido R\$ 61,5 milhões; Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fadep), R\$ 80,3

milhões; Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro), R\$ 83,8 milhões; e Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs), R\$ 109,5 milhões.

Um requerimento de convocação do ex-diretor executivo e ex-presidente do conselho superior da Finatec, professor Antonio Manoel Dias Henrique, também deverá ser apreciado na próxima reunião da CPI.

LDB volta à cena?

Haverá mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB ou LDBEN, lei 9.394/96?

O conselho pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), que é composto por duas câmaras — de Educação Superior e de Educação Básica — tomou a iniciativa de criar uma comissão bicameral (Marilena de Souza Chauí e Aldo Vannucchi pela primeira; Regina Vinhaes Gracindo e Antônio Ibañez Ruiz pela segunda, sendo este último conselheiro seu presidente), para avaliar a LDB.

Ruiz solicitou (ofício circular nº 80, de 24/1/08) às entidades nacionais ligadas à educação, caso concordem com a iniciativa, sua opinião “a respeito da atual LDBEN, pensando, inclusive, nas modi-

ficações já efetuadas, bem como sugestões para eventuais outras alterações”, com prazo para encaminhamento a ele próprio (antonioruiz@mec.gov.br) até 24/2/08, depois postergada para 24/3/08, por sugestões de algumas dessas entidades nacionais, inclusive do Andes-SN.

Cabe lembrar que o processo de elaboração e tramitação da LDB foi altamente contaminado pelas perspectivas neoliberais que se impunham com força naquela época.

Adusp e ANDE

O Grupo de Trabalho sobre Políticas Educacionais da Adusp (GT Educação), composto por vários colegas que também participam da Associação Nacional de Educação (ANDE), elaborou um documento preliminar para dis-

cussão (ver www.adusp.org.br), tecendo considerações sobre o contexto de elaboração e tramitação, assim como relacionando os principais aspectos questionáveis na LDB em vigor. Esse documento foi encaminhado, como subsídio para discussão, para a reunião das entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP, 14/2) e para a reunião do GTPE do Andes-SN (16 e 17/2), ambas ocorridas em Brasília.

Os representantes das entidades nacionais presentes na reunião de 14/2 (ANDE, Andes-SN, Anpae, ANPEd, Cedes e CNTE) deliberaram: 1) enca-

minhar o documento mencionado para discussão em suas bases; 2) solicitar audiência à comissão bicameral (o pedido já foi encaminhado, mas ainda não tem resposta) para obter mais informações sobre o que se pretende com o processo de avaliação da LDB; e 3) realizar duas novas reuniões, antes e após a eventual audiência com a comissão (avalia-se que ela deve ocorrer), com vistas a decidir seus próximos passos no que se refere ao assunto em questão.

GTPE do Andes

O GTPE do Andes-SN aprovou os seguintes encaminha-

mentos: 1) elaborar um documento de alerta quanto ao processo de avaliação da LDB; 2) remeter às seções sindicais o documento de subsídio (Adusp-ANDE) para discussão, esclarecendo que nós não defendemos emendar a LDB; 3) participar da audiência solicitada à comissão bicameral do CNE; 4) enviar documento para o presidente dessa comissão, questionando método e prazo para a avaliação da LDB; e 5) emitir nota em defesa da educação pública, para ser assinada pelas entidades, a ser distribuída na Conferência Nacional da Educação Básica, prevista para abril próximo.

Sindicâncias contra estudantes

Na USP, a comissão sindicante criada para apurar fatos relacionados à ocupação da Reitoria, ocorrida em maio de 2007, já convocou cerca de 20 alunos para depor. A Reitoria nega-se a fornecer ao DCE qualquer documento relativo à comissão. “O caráter sigiloso da sindicância, e o modo obscuro como ela tem sido conduzida, são fortes indicações de que se trata de uma tentativa de perseguir e intimidar aqueles que participaram da luta em defesa da autonomia universitária”, diz nota do DCE.

Na Unesp de Araraquara, onde também houve ocupação, três alunos foram impedidos de realizar matrícula porque foram suspensos por seis meses pelo diretor da unidade, apesar de o processo de sindicância ainda não ter sido finalizado. “Preocupados com a devida apuração dos fatos e com a imposição de dano irreparável aos alunos, solicita-

mos que lhes seja garantida a matrícula até que se esgotem todas as possibilidades de tratamento desta questão”, pede o Fórum das Seis em nota.

Na PUC, foi instaurado pela Reitoria um processo administrativo contra nove alunos, que pode acarretar expulsão. Eles foram considerados líderes do movimento de ocupação, do qual participaram mais de 300 estudantes, por uma comissão sindicante que nem sequer ouviu os alunos acusados. Só foram ouvidos os seguranças da empresa privada Graber, que presta serviços à PUC. A Associação dos Docentes da PUC considera que o processo administrativo e os trabalhos da comissão de sindicância violam os direitos humanos. Além do processo administrativo, alguns estudantes foram ameaçados de perder bolsas de estudo e outros tiveram negado o direito de renegociar dívidas com a universidade.

Campanha salarial 2008

Por mais de 20 anos, a renda *per capita* do Brasil cresceu de forma pífia, cerca de 1% ao ano. No mesmo período, a renda *per capita* no Estado de São Paulo permaneceu praticamente estagnada: segundo o Seade, órgão responsável pelas estatísticas estaduais, a renda *per capita* paulista apresentou pequenas oscilações, sendo que em 2003 era cerca de 2% menor do que em 1985!

Essa retração econômica criou, para a população paulista em geral e para os trabalhadores do setor público em particular, uma situação bastante grave: para a população, a crise econômica transmutou-se em crise social (desemprego, marginalização, violência, degradação dos serviços públicos etc.); quanto aos trabalhadores do setor público, além de sofrerem essas mesmas consequências, a crise se manifestou na forma de arrocho salarial, uma vez que ela atingia em cheio as contas estaduais.

No caso das universidades estaduais paulistas, mesmo

que apenas para manter o poder aquisitivo dos salários de docentes e funcionários, foram necessárias mobilizações intensas e, freqüentemente, greves. Reposições salariais, como a conquistada em 2000, só foram possíveis após intenso movimento de greve.

Recuperação

Nestes últimos anos, a situação econômica do Estado tem apresentado alguma recuperação. O crescimento do ICMS entre 2006 e 2007 foi superior a 10%. Nesta conta não se considera o Programa de Parcelamento Incentivado, que mais parece um incentivo à sonegação, pois concede desconto de até 75% na multa devida e 60% nos juros, podendo o pagamento ser parcelado em até 15 anos!

Os últimos dados indicam que esse crescimento deverá prosseguir em 2008: a tendência de alta da arrecadação do ICMS se manteve nos últimos meses de 2007; a renda *per capita* paulista voltou a crescer, cerca de 3% ao ano

entre 2003 e 2005; o desemprego na região metropolitana diminuiu, e janeiro/2008 registrou a menor marca desde 2002; a taxa de formalidade da economia aumentou.

Como mencionado no *Informativo Adusp* 251, os comprometimentos com salários dos orçamentos das três universidades estaduais em 2007 caiu significativamente quando comparado aos dois anos anteriores. No caso da USP, o comprometimento está em 84,2%. Com o fechamento definitivo do ICMS e considerando que o abono não é incorporado no salário, esse pequeno comprometimento mostra que há um enorme espaço para reposição salarial.

O Fórum das Seis deverá fazer a primeira reunião para discutir as reivindicações salariais no início de março, quando teremos uma melhor avaliação da evolução do ICMS em 2008.

Vamos ficar atentos: este pode ser um bom ano para conquistarmos um significativa reposição salarial!